



SINASEFE IFES

SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA
EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Assembleia Geral do SINASEFE

CONVOCAÇÃO

PAUTA:

- 1) Informes Gerais;
- 2) Análise de conjuntura;
- 3) Filiação a Central Sindical e Popular CONLUTAS e III Congresso da CSP-Conlutas nos dias 12 a 15 de outubro, em Sumaré-SP;
- 4) Ação Judicial de gozo de férias e percepção de 1/3 de férias para servidor que se afastou para capacitação e qualificação;
- 5) O estado mínimo e desmonte do serviço público no Ifes;
- 6) Campanha Salarial;
- 7) Eleição da Comissão Interna de Supervisão da Carreira PCCTAE;
- 8) PLS 116/2017 (PROJETO DE LEI DO SENADO nº 116 de 2017- Autoria, Ementa, Regulamentação do art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal, para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho, Reforma da Previdência e PDV (Plano de demissão voluntária);
- 09) Ativação e criação dos Grupos de Trabalho;
- 10) Outros.

DATA:

09/08/2017 (quarta-feira)

HORÁRIO:

14h

LOCAL:

TEATRO DO IFES CAMPUS VITÓRIA

Rua Barão de Mauá, nº 160 - Jucutuquara - Vitória - ES CEP: 29.040-860

www.sinasefeifes.org.br/contato@sinasefeifes.org.br/Tel. (27) 3322 - 1946



SINASEFE IFES

SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA
EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CNPJ: 03.658.820/0025-30

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL SINASEFE SEÇÃO IFES

Ata da assembleia geral seção Ifes aos 09 de agosto de 2017, no Teatro do Instituto Federal da Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, localizado na Av. Vitória em Vitória Espírito Santo, reuniram-se os servidores para a assembleia geral conforme convocação, onde às 14 horas houve a primeira chamada não havendo quórum suficiente, deu se início a partir da segunda chamada às 14h30. A mesa foi composta pelo sindicalizado e membro da diretoria executiva Aliomar da Silva como presidente da mesa e como secretário o servidor Roberto Wallace Viana. A assembleia teve os seguintes pontos de pauta: **1) Informes Gerais; 2) Análise de conjuntura; 3) Filiação a Central Sindical e Popular CONLUTAS e III Congresso da CSP-Conlutas nos dias 12 a 15 de outubro, em Sumaré-SP; 4) Ação Judicial de gozo de férias e percepção de 1/3 de férias para servidor que se afastou para capacitação e qualificação; 5) O estado mínimo e desmonte do serviço público no Ifes; 6) Campanha Salarial; 7) Eleição da Comissão Interna de Supervisão da Carreira PCCTAE; 8) PLS 116/2017 (PROJETO DE LEI DO SENADO nº 116 de 2017- Autoria, Ementa, Regulamentação do art.41, §1º, III, da Constituição Federal, para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho, Reforma da Previdência e PDV (Plano de demissão voluntária) 11 de agosto Dia Nacional de Lutas em defesa da Educação Pública com atos nos Estados; 09) Ativação e criação dos Grupos de Trabalho; 10) Outros.** Após a leitura da ata anterior deu-se início efetivamente à assembleia. Julio Bello (campus Vitória) pede a palavra solicita a correção na ata anterior dizendo que o governo deve saber das movimentações. Aliomar informa ao plenário que o servidor Julio Bello pede a supressão do 3º ponto de pauta: Filiação a Central Sindical e Popular CSP-Conlutas e a diretoria defende manter o ponto de pauta, tendo em vista que na assembleia anterior foi informado que na próxima assembleia fariam uma ampla discussão sobre filiação ao CSP Conlutas. Aliomar esclarece que a discussão sobre o ponto é referente a supressão e que não há um compromisso de filiação a CSP Conlutas e que fica a critério da assembleia decidir sobre a filiação ou não. Julio pede a palavra e faz um encaminhamento, que se faça discussão sobre a filiação a uma Central sindical que seja discutida amplamente na base, na seção e nos campi com apresentação de outras centrais para que se faça um estudo do assunto e só então, decidir a qual Central a Seção deve se filiar. Clerio pede a palavra e defende que não cabe discutir dentro da estrutura da seção sobre a filiação a outras Centrais, tendo em vista que a direção nacional do Sinasefe já está filiada a CSP Conlutas a bastante tempo, no entanto, a desfiliação da CUT ocorreu, pois, a central não representava os servidores públicos e que em todas as greves não havia representação da central CUT. Clerio, defende a permanência do ponto de pauta e se possível a aprovação da filiação a CSP Conlutas e diz que as deliberações do 31º Consinasefe realizado em Salvador-BA, foi o fortalecimento da CSP- Conlutas e filiação nos estados pelas seções. Colocando em regime de votação em manter ou suprimir o ponto de discussão sobre a filiação ao CSP Conlutas. Foram 08 votos favoráveis e 07 contrários e nenhuma abstenção ou declaração de voto, a assembleia aprovou manter o 3º ponto de pauta. A servidora Niciane Castro (Reitoria) pede a palavra e solicita ao plenário apreciação a inversão dos pontos de pauta tendo como prioridade a discussão sobre as eleições da CIS. Aliomar informa que assessoria jurídica também solicitou prioridade para discutir a pauta jurídica. Foi proposto pela mesa a votação para antecipar os pontos pauta: **4) Ação Judicial de gozo de férias e percepção de 1/3 de férias para servidor que se afastou para capacitação e qualificação e 7) Eleição da Comissão interna de supervisão da carreira PCCTAE**, tendo sido aprovado a antecipação dos pontos de pauta. Aliomar propõe, priorizar os pontos de pauta antecipados e posteriormente fazer a análise de conjuntura e pergunta se há alguma objeção, não havendo nenhuma manifestação dos presentes, a assembleia teve início com o ponto de pauta **Eleição da Comissão interna de supervisão da carreira PCCTAE** – Aliomar informa no ano anterior venceu o prazo para eleição da comissão Interna de Supervisão CIS e que foi solicitado ao Reitor por várias vezes novas eleições por ter vencido o prazo,



SINASEFEIFES

SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA
EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CNPJ: 03.658.820/0025-30

diz que Lucia Helena Pazzini de Souza (campus Vitória) que foi membro da CIS, sempre pleiteou que fossem realizadas novas eleições. Em reunião do sindicato realizada na reitoria, o sindicato intimou ao reitor que se manifestasse e se não houvesse acordo para realização das eleições o sindicato faria um documento solicitando a realização do pleito. Foi solicitado pelo reitor apoio do sindicato para realização das eleições nos campi. O Sinasefe-Ifes se comprometeu a ajudar, foi encaminhado pela reitoria a solicitação ao Conselho Superior e houve morosidade no processo. Aliomar fala que a poucos dias, o reitor solicitou ao Sinasefe a indicação de 04 nomes para compor a comissão eleitoral que foi composta pelos seguintes nomes: Aliomar da Silva, Clerio Lucas Guaitolini, Danillo Tavares Permanhane e Roberto Wallace Viana. No dia da reunião da comissão eleitoral da CIS, estiveram presentes Clerio Guaitolini e Danillo Permanhane indicados pelo sindicato e foi aprovado e publicado o regulamento para as eleições CIS. Foram feitos alguns questionamentos pela servidora Katia Galvão (Reitoria) que apontou algumas falhas no processo e foi encaminhado à comissão, que fez alterações e foi apresentado pela mesa da assembleia as devidas modificações e Aliomar pergunta aos presentes se há algum questionamento. O servidor Édiron membro da comissão central da CIS faz algumas ponderações referente do que foi feito uma primeira nomeação e foi comunicado ao sindicato a questão da paridade, entretanto houve uma interpretação errônea da comissão no que diz respeito ao voto nominal dos membros. Édiron diz que a intensão foi apenas de dar celeridade no processo. Katia pede a palavra e fala da importância da CIS para coletividade e que talvez os técnicos- administrativos ainda não tenha conseguido compreender a relevância e potencialidade que a CIS representa, e que os servidores precisam de um sindicato forte que tenha representatividade. Fala que na portaria do MEC, além da paridade dos representantes do sindicato e dos representantes da administração, o processo deve ser impugnado e retomado com seriedade. Niciane Castro (Reitoria) reforça dizendo que o processo deve ser impugnado e que precisa abrir um novo processo sobre a coordenação do sindicato chamando as 04 seções que representam o Ifes. Aliomar esclarece que a diretoria esteve em visita todos os campi do Ifes discutindo sobre a CIS. A diretoria convidou a assessoria jurídica da Direção Nacional do Sinasefe na pessoa do Sr. Walmir, para uma palestra após o processo eleitoral à todos os membros da CIS e que a diretoria irá consultar a assessoria jurídica da seção Ifes para ver a possibilidade do processo de impugnação. Lucia (Vitória), pede a palavra e expõe que foi coordenadora da CIS que encerrou em julho do ano anterior e que enviou a reitoria 90 dias antes de vencer o mandato uma solicitação para que o reitor convocasse novas eleições, juntamente com toda a documentação que deveria ser seguida para fazer as eleições e não teve uma resposta. Informa também que existe um GT PCCTAE no sindicato do qual faz parte e ficou de levar também essa discussão para reunião. Fala que a lei não prevê representantes nos campi e sim membros da CIS e pelo quantitativo seriam 03 titulares e 03 suplentes. Leonardo (Reitoria) pede a fala, que a questão de impugnação se a assembleia decidir, o papel do jurídico e encontrar um caminho para que aconteça. Aliomar faz um breve histórico do que aconteceu em 2013/2014 nas reuniões da CIS e enfatiza que o regulamento pode ser alterado. Niciane fala que 03 representantes não dariam conta de estar presente em 22 unidades dos campi e que seriam necessários representantes locais. Aliomar faz as ponderações referente a impugnação e o advogado Adriano faz uma observação dizendo que o documento pode ser baseado na ausência dos outros sindicatos. **Ação Judicial para garantir a percepção de férias, com as consequentes vantagens pecuniárias e adicionais (1/3 da remuneração), referente ao período em que o servidor permanecer afastado para fins de participação em curso de Pós-Graduação stricto sensu no país** - O advogado Adriano fala que o processo iniciou em 2009, com o ajuizamento de ações individuais, e que a princípio para que os servidores não recebam 1/3 de férias para quem se afastou para qualificação que tem os mesmos direitos durante o exercício de sua função. Foram várias demandas individuais no ano de 2009 e início de 2010 o que tomou uma proporção grande que o sindicato teve que propor uma ação coletiva que transitou em julgado em 2015. A ação propôs



FUNDADO EM 26/10/1989

SINASEFEIFES

SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA
EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CNPJ: 03.658.820/0025-30

que havia uma incompatibilidade entre o afastamento e o exercício e gozo das férias. Como foi deliberado em assembleia a propositura foi de criar a tese e tentar implementar. Adriano informa que conseguiram uma sentença favorável reconhecendo a percepção de férias com acréscimo de 1/3. Houve recurso na procuradoria e o TRF2 que manteve a decisão favorável e ingressaram com recurso especial e foi inadmitido. Fala que o cenário hoje é que tem um título judicial transitado em julgado que garante aos servidores do Sinasefe Seção Ifes, a percepção das férias durante o afastamento com acréscimo de 1/3 e não cabe mais recurso o que resulta no cumprimento de sentença. Não houve um acordo com a Reitoria e a juíza deu um prazo de 15 dias para que forneça toda a documentação necessária e que o Ifes apresentaria um calendário de cumprimento da ação judicial. Informa que quem se afastou em tese, pode ser contemplado com ação judicial e o servidor tem 03 opções: **1)** implementação de medida judicial que visa o recebimento de indenização dos valores decorrentes das férias não gozadas acrescida do adicional de 1/3 (neste caso há risco do servidor ser condenado a pagar os honorários advocatícios ao IFES); **2)** implementação de medida judicial que visa o recebimento apenas dos valores decorrentes do adicional de 1/3 das férias, bem como a adoção de meios que garantam o gozo das férias vencidas de uma única vez; **3)** implementação de medida judicial que visa o recebimento apenas dos valores decorrentes do adicional de 1/3 das férias e que o gozo das férias o servidor negociaria com a gestão. A ação resultou em um volume de demandas com várias reuniões nos campi e o sindicato estará acompanhando, com a participação do jurídico, de tais atos. **Análise de conjuntura** – Aliomar convida Paulo Reis que faz parte da direção Nacional do Sinasefe, Fonasefe e Conlutas para fazer análise de conjuntura. Paulo inicia falando das tarefas e calendário de lutas e da conjuntura nacional e internacional e faz um comparativo entre Venezuela, Estados Unidos e o país. Fala da meta fiscal que o governo planeja estudar isso, demonstra que a economia não vai bem e o Superávit na verdade para pagar a dívida pública que estudos mostram que vai consumir algo em torno de 70% do PIB. Diz que a política do governo atual é para beneficiar banqueiros e grandes empresários e são aspectos da crise e que não se fecha. Paulo fala sobre a nova reforma trabalhista e consequências para o serviço público como exemplo o PDV. Referente ao calendário de lutas, Paulo faz um breve histórico sobre as manifestações em vários países, inclusive no Brasil como por exemplo o dia 28 de abril que barrou a reforma trabalhista naquele momento, que foi a maior greve da história do país, da marcha do dia 24 de maio no ocupa Brasília-DF e das ocupações dos estudantes contra a lei da mordada, reforma do ensino médio. Fala que após a aprovação da reforma trabalhista o governo deu uma oxigenada e que o projeto estratégico do governo e retomar a reforma da previdência, diz que deve ser cobrado das centrais sindicais que se realize uma greve geral no Brasil que pare as reformas e derrube o governo Temer. Paulo fala do calendário e todas as categorias envolvidas nas lutas para preservar os direitos dos trabalhadores. Julio faz análise da crise econômica mundial e como na Venezuela, que a mídia golpista mostra e que tem coisas que são antagônicas e discrepantes e que tem que passar por uma análise antes de aceitar o que a mídia fala. Leonardo (Reitoria,) o comparativo das lutas, fala das disputas política nos Estados Unidos e no Brasil, fala que precisam ter um sindicato mais amplo e movimentos sindicais, e que não é uma crítica, e que Sinasefe é um sindicato importante e pode encaminhar a luta dos trabalhadores em educação. Skiter (Sintufes), faz análise dizendo que não sabe como o governo Temer ainda continua de pé com toda corrupção e que as lutas devem ser organizadas nos estados e municípios em conjunto com os guardas municipais para juntos fazerem a luta. Antelmo fala de uma preocupação de que as pessoas não estão envolvidas com o movimento de luta e enxergam o movimento sindical como um partido, e que não conseguem fazer os trabalhadores entenderem que o sindicato é um espaço para construir a luta. Julio fala que a luta deve ser constante, precisa ir aos setores e que precisa haver perdas e sangrias para acordar os servidores. Paulo fala em construir um calendário de unificação das categorias e setores do funcionalismo e buscar aliados na luta por direitos para configuração da campanha salarial, buscando também o apoio dos